

“A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS”: CORPO E TERRITÓRIO NA IDENTIDADE QUILOMBOLA INFANTIL

“THE CHILDREN’S PERSPECTIVE”: BODY AND TERRITORY IN QUILOMBOLA INFANTIL IDENTITY

Marcia Lucia Anacleto de Souza

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

negramarsea@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda a compreensão da identidade quilombola a partir da observação e escuta de um grupo de crianças da comunidade remanescente de quilombo Brotas, localizada dentro da cidade de Itatiba/SP. Dentre as experiências das crianças em torno da identidade e da relação com o território quilombola, abordo o aspecto ligado ao corpo como lugar que informa quem é na relação com o Outro. Para compreender este processo que informa a terra como lugar da identidade, primeiramente, apresento a história remota e recente do Quilombo Brotas e, em seguida, um episódio da pesquisa em que as crianças dialogaram comigo sobre o processo identitário que subjaz suas experiências infantis, e revelam a importância da escola como espaço de educação e construção das identidades.

Palavras-chave: quilombos, criança quilombola, educação.

Abstract: This article discusses the understanding of the quilombola identity from the by observing and listening to a group of children from the remaining community of quilombo Brotas, located within the city of Itatiba/SP. Among the experiences of children around the identity and the relationship with the quilombola territory, I approach the aspect linked to the body as a place that informs who it is in relation to the Other. In order to understand this process that informs the earth as a place of identity, I first present the remote and recent history of Quilombo Brotas and then an episode of the research in which the children dialogued with me about the identity process that underlies their childhood experiences, and reveal the importance of the school as a space for education and the construction of identities.

Key Words: quilombos, quilombola child, education.

Introdução

A “perspectiva das crianças” diz sobre “um modo de ver” o vivido por elas, a partir de experiências com outras, de mesma idade e de idades diferentes, e com adultos, velhos, mulheres, homens e jovens em diferentes lugares. Esta é uma “perspectiva” com a qual realizei a pesquisa etnográfica junto às crianças do Quilombo Brotas¹, uma comunidade remanescente de quilombo situada no estado de São Paulo, e por meio da qual procurei entender a identidade do grupo e as expressões infantis acerca do pertencimento étnico-racial.

Esta “perspectiva”, enquanto sinônimo de “ótica” ou “modo de ver”, tem sido também uma abordagem teórico-metodológica que considera as crianças como sujeitos sociais e culturais que muito podem nos dizer, a partir de diferentes linguagens, sobre onde vivem e como entendem o universo social do qual são parte. Este artigo aborda a relação entre o território quilombola e a identidade a ele referida – uma identidade quilombola em relação à identidade negra –, a partir do olhar das crianças que dele fazem parte e nasceram durante o processo de reconhecimento identitário do grupo.

Ao considerar as crianças como sujeitos “fidedignos” da pesquisa, como nos diz José de Souza Martins, em *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*², dialogo com os estudos da infância e da criança realizados nas últimas duas décadas pelos campos da Antropologia da Criança³, da Sociologia da Infância⁴ e da Pedagogia da Infância⁵, que entendem as crianças como

1 Pesquisa de doutorado concluída em 2015, a partir da imersão etnográfica realizada durante o ano de 2013, com as crianças da comunidade. Contudo, adentrei na comunidade em 2006, durante a pesquisa de mestrado.

2 Ver Martins (1993).

3 Cohn (2005), Nunes (2002); Pires (2007).

4 Corsaro (2011), Sarmento (2005) e Delalande (2009).

5 Abramowicz, Oliveira (2011); Finco, Faria (2011); Gobbi (1997); Noal (2006); Oliveira (2004); Prado (2006); Santiago (2014).

sujeitos sociais que participam a seu modo dos grupos e sociedades das quais são parte, e que possibilitam novas perspectivas de compreensão das relações sociais e dos processos simbólicos que as orientam. O que as crianças fazem, pensam ou falam torna-se importante para compreendê-las, pensar sobre elas e as sociedades. As produções infantis são concebidas e valorizadas como válidas para analisar grupos e a sociedade mais ampla, deixando o patamar de mera reprodução do mundo adulto (FINCO, FARIA, 2011; PRADO, 1999; ROCHA, 2008).

Neste sentido, o que as crianças do Quilombo Brotas evidenciaram através de suas falas, silêncios, brincadeiras, movimentos, durante a etnografia realizada com elas ao longo de um ano, ampliou a compreensão da territorialidade e da identidade do grupo e, ao mesmo tempo, explicitou aspectos da própria experiência infantil existente naquele contexto histórico, social, político e cultural.

Dentre as experiências das crianças em torno da identidade e da relação com o território quilombola há uma ligada diretamente ao corpo, enquanto criança negra de um lugar específico – um quilombo –, na relação com uma sociedade que reproduz processos discriminatórios, desigualdades e exclusão a partir do pertencimento étnico-racial. Para compreender este processo que informa a terra como lugar da identidade, primeiramente, abordarei a história remota e recente do Quilombo Brotas e, em seguida, um episódio da pesquisa em que as crianças dialogaram comigo sobre o processo identitário que subjaz suas experiências infantis.

O Quilombo Brotas: história remota e recente do processo de territorialização

O Quilombo Brotas localiza-se no bairro Jardim Santa Filomena II, na cidade de Itatiba-SP. Nesse território moram 42 famílias negras, num total de 170 pessoas⁶ que descendem, majoritariamente, de Emília Gomes de Lima e Isaac de Lima, os ancestrais fundadores.

Internamente, a nomenclatura “quilombo” é recente e datada da época do processo de reconhecimento do Sítio Brotas como Quilombo Brotas. Foi em 2003 que se iniciaram os trabalhos de rememoração da condição quilombola da terra, e de ressignificação do termo quilombo para a realidade histórica do grupo. Essa é a razão pela qual ouvi, frequentemente, a expressão Sítio Brotas para dizer do Quilombo.

Os homens e as mulheres do Quilombo trabalham como assalariados em Itatiba. São pedreiros, auxiliares de serviços gerais, pintores, empregados nas indústrias têxteis, domésticas, faxineiras, cozinheiras. A terra quilombola é lugar de moradia, de plantio de hortaliças de consumo familiar e de criação de animais, como galinhas. Diferentemente do imaginário social, no Quilombo Brotas e em outras comunidades quilombolas e áreas rurais não há uma correlação entre morar num território rural (ou quilombola) e a dependência da terra para o sustento. Segundo os quilombolas, ali sempre houve alguém que procurasse trabalho fora do Sítio, na cidade, para complementar a renda.

Do mesmo modo, todas as crianças e adolescentes frequentam as escolas e instituições de educação infantil da cidade. Quando não estão nesses espaços, permanecem no Quilombo, sob o cuidado de mães, tias ou irmãs e irmãos mais velhos. No período oposto ao da escola brincam em casa ou no quintal. Nos dias de aula concentram as brincadeiras de grupo entre os finais de tarde e as primeiras horas da noite. Os finais de semana são os dias em que podemos vê-las e ouvi-las com mais frequência e intensidade pelo território. Nesses dias, reúnem-se em grandes e pequenos grupos logo pela manhã, ocupando todo o Quilombo, correndo, gargalhando, apanhando frutas, ocupadas em seus brinquedos e brincadeiras, em algum pedido feito por adulto, na ida à padaria ou ao mercadinho do bairro.

As crianças e adultos têm acesso ao serviço público de saúde do município, e quando necessário, são encaminhados a hospitais da região, como o Hospital das Clínicas da Universidade

⁶ Dado informado por Dona Ana Maria, presidente da Associação Quilombo de Brotas, em 07/12/2013. Vale ressaltar que toda a pesquisa foi autorizada pelos sujeitos participantes e pela associação quilombola.

Estadual de Campinas – UNICAMP, em Campinas. Um exemplo foi o menino JO, de 12 anos⁷, que até 2014 era levado pela família, duas vezes por semana, a este hospital para a realização de hemodiálise.

No Quilombo, as casas estão localizadas conforme a proximidade de parentesco entre filhos e irmãos. Exemplos dessa organização territorial são as casas das quatro filhas de Dona Maria do Carmo (Amélia, Ana Tersília, Cristina e Sandra), bisneta de Emília e já falecida. Suas casas são próximas uma da outra. Outro exemplo é de Ana Maria (tataraneta de Emília) cujas filhas casadas, Patrícia e Paula, construíram suas casas próximas a da mãe.

Essas e as demais casas foram construídas em alvenaria, com salas mobiliadas com sofás, estantes ou racks, televisão, aparelho de som, dvd. As cozinhas têm fogão, armários e mesa com cadeiras e aparelhos eletrodomésticos, tais como liquidificador e batedeira. Nos quartos há camas, guarda-roupas e cômodas. Todas as casas possuem banheiro, variando apenas os acabamentos, de modo que, alguns têm piso frio no chão e nas paredes e outros não. Algumas casas possuem teto em laje coberto por telhas de amianto ou cerâmica, e outras são cobertas diretamente com telhas. Os quintais, geralmente, têm uma horta, muitas árvores frutíferas, e plantas. Neles, há também indicações da existência de crianças na família, pois conseguimos avistar seus brinquedos, balanços montados em galhos de árvores, bicicletas encostadas, carrinhos ou bolas.

As moradias são separadas por cercas, que definem o quintal de cada família. Outros espaços de convivência do grupo são as pracinhas, demarcadas por árvores suntuosas e bancos. Além delas há as ruas, a “casinha”, o campinho, espaço ocupado nas festas e eventos do Quilombo, e onde as crianças e adolescentes jogam futebol ou empinam pipas. Lugares como o “riozinho”⁸ e a mata são importantes para as crianças, pois ali se escondem e transitam sem terem, necessariamente, a presença de um adulto.

A “casinha” é um espaço de realização de diversas atividades pela comunidade. Durante a pesquisa houve aulas de capoeira, de catecismo e de bordado, refeições para estudantes em visita, festas com apresentações de grupos de samba, rodas de conversa com estudantes, reuniões com comunidades quilombolas e representantes institucionais. Nessas atividades e fora delas sempre há crianças brincando de maneira livre ou restrita pela presença de adultos.

A ocupação das ruas e dos quintais do Quilombo pelas crianças, desde cedo até ao anoitecer, tem as marcas do próprio processo de territorialização do Quilombo (ou Sítio) ao longo dos últimos anos. A existência das três ruas terraplanadas e iluminadas evidenciam as mudanças ocorridas no Sítio Brotas, desde os anos de 1990, em consonância com as transformações vivenciadas pelas comunidades remanescentes de quilombo brasileiras nas duas últimas décadas.

No Quilombo Brotas, as modificações territoriais recentes envolvem o último processo de ameaça de perda das terras adquiridas por compra. Os quilombolas contam que foram momentos difíceis, em que observavam, desde 2001, o avanço das obras do loteamento Nova Itatiba II, que ladeia o território.

O empreendimento impunha um conjunto de mudanças que, desde a década de 1990 ocorria no entorno do Sítio, quando surgiram loteamentos que destruíram a mata existente. Foi nessa mesma década que houve a terraplanagem no Sítio e a criação das três ruas de terra principais: Rua Fabiano Barbosa, Rua Bento Barbosa e Rua Claro Barbosa.

O avanço nas obras desse novo loteamento, destinado a casas de alto padrão de luxo, afetou diretamente os quilombolas, assoreando o córrego (“riozinho”) e diminuindo seu curso

7 Optei pela identificação das crianças a partir de duas letras contidas em seus nomes, buscando garantir-lhes o anonimato. Ocultar seus nomes, apesar da autorização em Termo de Livre Consentimento Esclarecido, e da assertiva das crianças em participarem da pesquisa, foi uma forma de não constranger as crianças em relação ao universo adulto. Como fez Paula (2014), em pesquisa com crianças quilombolas da região Sul, “*revelar seus nomes [das crianças] poderia, em certa medida expô-las, já que falo delas e com elas, tanto nas comunidades onde moram, como também na instituição educativa. E mais ainda: trago seus depoimentos e pontos de vistas sobre os contextos em que elas transitam*” (p. 90, chaves nossas). Já em relação aos adultos, mantive a descrição de seus nomes, como o fiz durante a pesquisa de mestrado, já que estes estavam mais acostumados a reter seus depoimentos e ações em pesquisas acadêmicas, documentos institucionais e livros sobre a história e memória do grupo.

8 Modo como as crianças se referem ao córrego que atravessa o território quilombola.

d'água. Os quilombolas relatam que o assoreamento causou a perda de água para o consumo nas casas (poços) e a extinção dos peixes que havia nele. Além disso, o assoreamento também afetou a prática religiosa da umbanda, que ocorria desde a década de 1950, liderada por Tia Lula (Maria Emília Barbosa Gomes), neta de Emília. Segundo o relato de Tia Lula, no Relatório Técnico-Científico (ITESP, 2004) de reconhecimento do Sítio como Quilombo, os danos ao córrego dificultaram a realização dos trabalhos.

Os quilombolas observavam a construção do loteamento, mas não esperavam que afetasse suas terras. Entretanto, em meio aos fatos descobriram que havia desde 1970 um projeto municipal para a construção de um Sistema Viário cujas vias de tráfego atravessariam o Sítio, o que afetaria a organização das famílias e até mesmo a permanência nas terras.

As ameaças externas mobilizaram os quilombolas a se organizarem em Associação e a procurarem apoio de grupos políticos e institucionais. Nesse caminho, o grupo conheceu a ONG Fórum Pró-Cidadania⁹, que diante dos fatos narrados e da história de formação do Sítio orientou que solicitassem ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) o reconhecimento do território como quilombola. A mesma organização também auxiliou os quilombolas no encaminhamento de denúncias aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, referentes às irregularidades ambientais promovidas pelo empreendimento imobiliário (ITESP, 2004).

Os processos jurídicos e institucionais instaurados em 2003 culminaram com a conquista, em 2004, do reconhecimento do Sítio Brotas como Quilombo Brotas, e com o embargo das obras iniciadas em torno do território. Do ponto de vista político, o reconhecimento fortaleceu o grupo diante dos interesses capitalistas em suas terras e das ações municipais em planejamento. Foi uma forma de dizerem à sociedade que ali residiam famílias negras que deveriam ser respeitadas em sua história e identidade. Contudo, ao longo dos anos observamos que as construções no loteamento seguem, ainda que lentamente, o que nos leva a indagar sobre a efetiva execução das determinações judiciais e o respeito às terras do Quilombo Brotas.

Tais processos inseriram novos significados para a identidade do grupo, que agora quilombola passou a compor um cenário mais amplo de lutas em defesa de terras quilombolas e da melhoria de suas condições de vida. Além disso, a participação no movimento quilombola introduziu no grupo processos de educação responsáveis pela releitura da história, do significado da terra e, com isso, do significado do "ser quilombola" (SOUZA, 2009).

Tal aprendizado envolveu a reconstrução da memória da infância dos fatos vividos pelos antepassados, histórias atreladas à terra hoje ocupada, e que se ampliam para a história de outros lugares, como as cidades de Jundiá, Campinas e São Paulo, além da própria cidade de Itatiba. São fatos referentes a tempos remotos, que alcançam a escravidão e estão presentes no universo das crianças, que os relatam a seu modo, mostrando a importância dos antigos na atualidade. Estas são histórias ouvidas dos adultos, recontadas em desenhos, conversas, projetos de teatro ou audiovisuais, mas também em forma de silêncio ou de risada diante de perguntas, como: "O que seus colegas de escola pensam do Quilombo?".

A narrativa da terra comprada é uma das histórias sempre presente na conversa com um adulto. Do mesmo modo, ao pedir para uma criança que diga por que ali é um Quilombo, sempre há em sua resposta a figura de vó Amélia e o dinheiro guardado num baú, para a compra da terra. Para todos, é importante dizer da luta dos antepassados para a aquisição das terras onde vivem e relatar a história de Amélia e de seus pais, Emília e Isaac. É uma forma de dizerem: eu descendo deles e por isso estou aqui!

De Sítio a Quilombo: uma terra comprada por liberdade e autonomia

A história dos primeiros moradores, Emília e Isaac, remonta ao início do século XIX, quando Maria Emília Modesto e sua filha Emília Gomes foram trazidas do Rio de Janeiro para o mercado de escravos de Santos. Naquele momento, elas foram compradas por fazendeiros diferentes, o que causou a separação. Emília foi para a fazenda São Benedito, em Itatiba (Fazenda

⁹ A ONG Fórum Pró-Cidadania foi criada em 2002, situa-se em Itatiba-SP, e participa de atividades em torno da diversidade étnico-racial e de gênero, além de desenvolver trabalhos sobre desenvolvimento sustentável.

São Benedito), onde conheceu Isaac de Lima (por volta de 1850). O casal teve vários filhos, dentre eles, Amélia, nascida em 1876 (ITESP, 2004).

Quando o fazendeiro faleceu deixou em testamento a liberdade da família de Emília e Isaac, que foram trabalhar numa fazenda cujos proprietários, Rita Rodrigues e José Francisco Rodrigues, participavam do movimento abolicionista. Suas terras serviam de esconderijo de escravizados da região. Os quilombolas relatam que eles “gostavam de negros”, por isso os escondiam, receberam seus “avós”¹⁰ como trabalhadores e, entre 1878 e 1885, venderam parte da fazenda para Emília e Isaac.

Em fins do século XIX, as terras do atual Quilombo Brotas perfaziam uma fazenda de abrigo de escravizados fugidos e negros libertos. Com o trabalho nessa fazenda o casal de negros, Emília e Isaac, adquire através da compra “uma ponta” da fazenda, expressão usada pelos quilombolas para se referirem aos aproximados 12 hectares de terras que conformam o Quilombo. De acordo com os quilombolas, o dinheiro da compra foi guardado num baú mantido até hoje na casa de Tia Lula. Esse baú é uma das referências históricas e simbólicas da existência do grupo, e representa o trabalho árduo dos antepassados em prol de uma terra para todos.

Dona Ana Maria, bisneta de Amélia, contou que após a compra do Sítio, Amélia reclamava da dureza do trabalho de carpir a terra onde ia morar. Segundo ela:

Aí depois que minha vó veio, diz que era como mata verde picadeiro, tinha a entrada da porteira que é lá mesmo, subia até lá em cima. E ela chorava porque tinha que devastar aqui, e não tinha lugar pra ela morar e era a parte de cima que ela tinha que limpar. E ela chorava, ela chorava! Ai meu vô falava pra ela. Por isso que eu digo que meu avô era um homem de sabedoria assim porque ele pensava em nós. Ele não sabia que nós viríamos, mas ele falava: Amélia, não desanime, porque isso daqui será usos e frutos de outros que virão!¹¹

A fala de Amélia, rememorada de diferentes maneiras, em muitas conversas e por todos os quilombolas, representa internamente a expressão da luta, do trabalho, travados por seus “avós” na aquisição de um lugar de moradia e sustento para as gerações futuras. Luta pela liberdade e autonomia que iniciou durante a escravidão, quando Emília e Isaac foram vítimas do trabalho escravizado, e em seguida, como trabalhadores livres que adquiriram uma terra pensada para si e para a descendência. Atualmente, seus netos e bisnetos traduzem nos enfrentamentos políticos e institucionais de defesa do território quilombola, os anseios dos antepassados, de trabalho por autonomia e liberdade, pensando nas crianças e naqueles que virão.

Amélia é a filha que permanece nas terras dos pais, e por isso, é a sua história que sustenta a territorialidade do grupo. Casou-se com Fabiano Barbosa e teve dez filhos, a quem ensinou a importância das terras como sinônimo de autonomia e refúgio, e inclusive, de refúgio temporário para amigos e parentes que enfrentassem dificuldades financeiras. Ela também ensinou a importância da ajuda entre parentes e foi conhecida por cuidar de seus netos, bisnetos e sobrinhos.

A dureza do trabalho dos “avós” também é retratada na forma como Amélia procurava manter o sustento dos filhos. Tia Aninha (Ana Teresa, neta de Emília, 76 anos) contou que vó Amélia foi para São Paulo com sua filha Sebastiana para trabalhar como ama-de-leite. Ela relatou que após a morte de seu avô, Fabiano Barbosa, sua avó procurou trabalho num sítio, para onde levou consigo alguns filhos. O trabalho era na roça, e vó Amélia o fazia “como um homem”, de modo que, ao pedir as contas o patrão não aceitou, pois ela “deu mais dinheiro do que um homem”. Amélia foi embora mesmo diante da recusa do fazendeiro, afirmando que “Se ele não me deixar eu passar eu corto ele com a foice e vou embora” (relato de Tia Aninha).

¹⁰ Expressão usada pelos quilombolas para se referirem tanto aos avós maternos e paternos diretos, isto é, pais de seus pais e mães, como a Vó Amélia, Emília e Isaac.

¹¹ As falas das crianças e dos adultos quilombolas estão destacadas em itálico.

As histórias de trabalho, amparo e união de Amélia e seus filhos, representam para os quilombolas a necessidade de solidariedade entre as famílias, de proteção da terra e manutenção de valores, como: força, trabalho, autonomia e liberdade. Uniu-se a essas histórias, a primeira ação de defesa da terra, diante de uma ameaça de desapropriação.

Na década 1960, Amélia e seus filhos foram alertados pela Prefeitura sobre um débito de imposto territorial que gerara uma multa de alto valor. Caso eles não pagassem a dívida perderiam suas terras. Diante do problema, os filhos de Amélia conseguiram um empréstimo para o pagamento da dívida. Em seguida, todos se uniram para pagar o empréstimo, plantando eucaliptos no Sítio e juntando suas economias. Esta união familiar em prol da defesa da terra é parte da narrativa histórica do grupo, que dá sentido à identidade quilombola atual. Na memória da infância dos adultos, há a lembrança da ajuda no plantio e na colheita dos eucaliptos para o pagamento do imposto, sob o risco de perder a terra. As crianças que ali estavam brincando de plantar, colher e carregar os eucaliptos, são hoje os adultos que participam de ações em defesa da terra quilombola e afirmam a identidade do grupo.

As ações em defesa do território no Quilombo Brotas compõem um conjunto de diferentes maneiras encontradas pelas comunidades quilombolas brasileiras para defenderem suas terras. São ações empreendidas por grupos negros, que descendem de histórias atreladas aos processos decorrentes da escravidão e fora dela; da propriedade territorial como sinônimo de conquista da liberdade e do direito de viver segundo uma organização social específica.

As comunidades quilombolas são grupos organizados segundo regras próprias, por laços de parentesco consanguíneo ou não, estabelecidas em terras de moradia e sustento material e simbólico, que dão o sentido do pertencimento étnico-racial (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1995).

No Quilombo Brotas, a terra simboliza a descendência de Amélia, uma mulher batalhadora, guerreira, forte; e de seus pais, que pensaram em “todos os que virão”. A existência da terra simboliza a autonomia diante da especulação imobiliária, a independência do aluguel, a possibilidade de viver sem os perigos das ruas da cidade, e de saber que as crianças brincam com segurança. Com isso, “morar no Quilombo é bom, porque você não paga aluguel”, e porque “é nosso”, como dizem os adultos.

Transcorridos dez anos do reconhecimento do Sítio Brotas como comunidade remanescente de quilombo, de acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988¹², o grupo está envolvido na valorização de sua história e na busca de melhores condições de vida. A Associação Cultural Quilombo Brotas, criada em 2003, para a defesa da terra e seu reconhecimento, mantém a participação em discussões e eventos regionais, estaduais e nacionais de interesse das comunidades quilombolas. Mantém o diálogo em defesa do território, acompanhando o processo de titulação da terra, etapa importante do processo de reconhecimento quilombola, além de se atentarem para as preocupações e necessidades das comunidades quilombolas vizinhas.

Os moradores do Quilombo Brotas visitam outras comunidades quilombolas, como Cafundó (Salto de Pirapora-SP), Caçandoca (Ubatuba-SP) e Jaó (Itapeva-SP), em momentos de festa ou em reuniões de discussão da situação fundiária das terras. Também organizam o Quilombo para receber visitantes, como estudantes universitários e de educação básica. Nessas visitas, realizam trilhas pelo Quilombo, contam as histórias dos lugares e dos ancestrais. As mulheres organizam a alimentação, antes e durante as visitas, e as crianças observam ou ajudam na venda de produtos e alimentos.

As mudanças ocorridas ao longo do reconhecimento quilombola inauguraram outros processos de educação e de reflexão acerca da identidade do grupo, os quais revelam, como diz Dona Ana Maria, que “ser quilombo é bom, mas não é nada fácil”. E, não é fácil, pois tornar-se quilombola inaugurou novas formas de gestão do tempo e dos espaços pelas famílias, desde então empenhadas em dizer de si aos interessados, e em participar dos espaços necessários para o exercício da cidadania negada até o reconhecimento. Também “não é nada fácil” porque, como disse a menina RL, de 8 anos, vivemos “*divisa de terras*”, o que significa que o

¹² De acordo com esta legislação: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1997).

Sítio (Quilombo Brotas) é diferente dos outros sítios, das outras áreas rurais ou urbanas pobres.

A menina quilombola sabe que *“a divisa de terras”* aponta para uma nova linguagem, que até então era restrita ao mundo do trabalho na cidade, da compra no supermercado, da ida ao banco, da solicitação de uma consulta médica ou matrícula na escola, e que se ampliou a partir do ingresso do grupo no campo jurídico, institucional e político do conflito fundiário, que é antigo, amplo e complexo, mas que passou a ter novos moldes a partir da Constituição Federal.

Ser quilombola é difícil porque impõe o entendimento de quem se é no jogo de relações sociais com uma cidade que não os reconhece nem valoriza. Com isso, *“não é nada fácil”*, pois exige desconstruir a ideia colonizadora de quilombo como lugar remoto, onde negros escravizados se refugiavam e, ao mesmo tempo, entender e participar do campo de luta pela titulação das terras, e por direitos que eliminem as desigualdades sociais e raciais que vivenciam.

Em relação ao Quilombo Brotas, durante o processo de reconhecimento do território como remanescente de quilombo houve um empreendimento interno na desconstrução da ideia que o próprio grupo tinha acerca do significado do termo “quilombo”. Os moradores afirmam ainda hoje que são quilombolas de terra comprada, e o fazem afirmando a compra como algo legítimo, que de fato aconteceu, mas também para dizerem que não viveram a violência e a perseguição relativa aos quilombos de fuga.

A ideia do quilombo como lugar de negros fugitivos da escravidão carrega no imaginário dos quilombolas a afirmação de uma infração, de um crime, que seus antepassados não cometeram. Quando se depararam com a identificação do então Sítio Brotas como um quilombo, os quilombolas questionaram a definição que aprenderam e que ainda vigora no imaginário social acerca do que são os territórios quilombolas. A concepção unívoca, definida pelo Conselho Ultramarino no século XVIII como lugar de negros reunidos em fuga do trabalho escravizado, e por isso, negros infratores e criminosos, era a que vigorava no grupo quando houve o processo de identificação quilombola (LEITE, 2000). Uma concepção que não condizia com a história da terra e do grupo, e cujo processo de ressignificação local intersecciona com outras realidades quilombolas brasileiras.

Se a história do grupo, que não envolve a fuga, colocava em questão o significado do quilombo, o que dizer de uma terra e de um grupo que não está isolado da sociedade envolvente? Hoje o Quilombo Brotas está, geograficamente, situado dentro da cidade de Itatiba, num bairro urbano, em meio a grandes empreendimentos imobiliários também urbanos. Seus moradores trabalham em Itatiba, nas cidades vizinhas e em outras terras, desde os primeiros moradores, elucidando que nunca houve isolamento do grupo. O que pode ser chamado de “isolamento” no Quilombo Brotas ocorreu até os anos de 1980, quando o território, estabelecido como um Sítio, ainda estava distante da cidade, que não tinha sofrido o crescimento urbano subsequente.

O crescimento urbano e suas influências no Quilombo Brotas evidenciam que a ideia do isolamento das comunidades remanescentes de quilombo é um equívoco. A vida nesses grupos está, historicamente, atrelada à sociedade que os cerca, às cidades e regiões onde se situam, à economia que subjaz o cotidiano dos sujeitos desses municípios, que influencia quilombolas e não-quilombolas.

No Quilombo Brotas, a expansão da cidade nas últimas três décadas levou bairros populares e de alto padrão para suas cercas. A compra de alimentos, o acesso aos serviços de saúde e às escolas era feito caminhando até a cidade. Essa distância não os impedia de visitar familiares no centro de Itatiba, frequentar festas ou adquirir produtos no município. Se assim é no presente, não foi diferente no passado.

A partir dos relatos dos quilombolas, contidos no Relatório Técnico- Científico (ITESP, 2004), evidencia-se como Amélia frequentava grupos da cidade, mantendo relações que interligavam o Quilombo à cidade e vice-versa.

Maria do Carmo, neta de Amélia de Lima, conta que sua avó era uma mulher muito católica que era responsável em fazer a *“reza do defunto”*, provavelmente, fazia parte da Irmandade de São Benedito. Amélia de Lima frequentava a festa para São Benedito do Largo do Rosário (p. 47).

Segundo Gonçalves e Silva (2000), as irmandades eram organizações negras dentro do “movimento de protesto dos negros” que se constituía no início do século XX. Essas organizações desempenharam importantes papéis junto à população negra do período.

Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra (Ibid., p. 139).

A irmandade em que Amélia participava cuidava de enterros, dentre outras possíveis atividades de apoio à população negra. Gonçalves e Silva (2000) apontam que as irmandades também ofereciam educação aos negros no período pós-Abolição

Regina Pahim Pinto, em seu trabalho, nos chama a atenção para o fato de que a primeira referência à atividade educacional para os negros aparece, na cidade de São Paulo, no jornal *O Propugnador*, em 6 de outubro de 1907. O texto informava sobre “aulas oferecidas, no curso diurno e noturno da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” (PINTO, 1994, p. 240, p. 142).

As irmandades foram criadas como uma forma de apoiar a população negra, frente à exclusão de espaços sociais, políticos, religiosos e educacionais. A participação de Amélia num grupo do “movimento de protesto dos negros” informa como ela transpunha os limites geográficos do então Sítio Brotas, elucidando os equívocos presentes na ideia do isolamento das comunidades quilombolas.

A presença de pessoas da cidade no Sítio, parentes ou não, era uma realidade desde os tempos de Amélia. A memória da infância dos adultos traz pessoas que pediam moradia temporária no Sítio, e de ônibus que chegavam repletos de pessoas de outras cidades para as festas do terreiro de Umbanda de Tia Lula.

De acordo com o ITESP (2004):

Segundo os moradores do Quilombo Brotas, seus antepassados tinham por tradição receber em seu sítio todas as pessoas que tinham problemas financeiros e não tinham um lugar para morar. D. Maria conta que sua avó Amélia costumava ter casinhas de barro vazias, mas sempre bem cuidadas que ela emprestava para quem precisasse morar. *As pessoas ficavam um tempo e depois que ajeitavam a vida elas iam embora (Dona Maria, p. 37).*

As festas de terreiro mobilizavam todos os moradores do Sítio entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo Tia Lula, “O Sítio ficava cheio de gente dos terreiros” (ITESP, 2004, p. 51). Esse trânsito no território é lembrado com contentamento pelos quilombolas, mostrando, mais uma vez, como o Quilombo não esteve isolado da sociedade. Esta realidade, que vai do não isolamento ao diálogo com o universo institucional e jurídico, é caracterizada pela afirmação do território como quilombo; pela aprendizagem de quem se é e pelo domínio de uma nova linguagem normativa e legal, que afetou e afeta a vida de todos: crianças e adultos.

Corpo e território na perspectiva das crianças: lugares da identidade negra e quilombola

Durante a pesquisa sobre a identidade quilombola a partir da representação infantil, acompanhava as crianças em diferentes espaços e em meio a suas brincadeiras, procurando entender como representavam o Quilombo e a si mesmas. Numa tarde, reuni-me com quatro meninas quilombolas: RL (8 anos), AB (12 anos), CT (12 anos) e GN (12 anos)¹³, na “casinha”, e

¹³ Idade em 2013.

conversamos sobre o que gostavam dentro e fora do Quilombo. Animadas, elas passaram a listar pessoas das quais gostavam, como parentes e amigas da escola.

A menina RL (8 anos) listou primas e meninas da escola. Em meio a sua fala perguntei se preferia que eu dissesse quilombo ou sítio. Ela afirmou que eu poderia falar sítio. AB exclamou: “Tanto faz! Uma palavra bem fácil!”, ao que RL completou: “Pode ser QB!”.

Perguntei a ela se aquelas meninas da escola vinham no Quilombo, ao que respondeu negativamente. Em seguida, indaguei onde dizia que morava, e uma de suas primas respondeu: “Aposto que no Nações!” – referindo-se a um bairro próximo. Então perguntei se ela falava sítio, quilombo ou QB, e ela respondeu: “Sítio!”, seguida de uma sequência de gargalhadas. Curiosa, juntei-me ao coro interessado em saber por que ela ria tanto. RL nos disse, em meio às risadas: “É que nós se suja muito!”.

Houve silêncio e falas indignadas das meninas. AB exclamou: “Ahhhhhh! Porque nós se suja muito! Ahhh!” Eu perguntei: “Como assim?”. RL, já recuperada das risadas, foi assertiva: “Eu tenho vergonha porque eu acho que eles pensam que eu sou muito suja!”.

A fala de RL engendrou um debate entre as meninas, permeado por minhas indagações:

Pesquisadora: Quem acha que você é muito suja? Seus amigos da escola?

RL: Não, não sei também! (risadas)

CT: Aí, ela nem sabe!

Pesquisadora: Lá na sua escola não tem outras crianças daqui?

AB: Na minha sala tem. São insuportáveis!

CT: Na minha sala tem só uma pessoa.

Pesquisadora: Mas tem problema falar que é daqui do Sítio?

AB: Não. Algumas salas já vieram aqui.

RL: Porque nós se suja muito!

Pesquisadora: Por quê? As crianças que não moram aqui não se sujam...?

AB: Se sujam!

CT: Parece mais sujo que nós!

Pesquisadora: ... seus amigos que não moram no Quilombo?

RL: Por que eles não vivem divisa de terra, né! Mentira, porque eles moram... não na rua assim, porque eles têm uma casa...

CT: Nós não moramos debaixo da ponte!

GN: Nós não moramos na mata! Aí ia ser legal, né?!

RL: Tem gente que se não se suja muito quando está de férias porque ele também... (interrompida pela fala seguinte)

AB: Tá! Entendemos tudo o que você falou!

RL: ... porque eles moram em rua, daí não tem terra na rua, né!

P: E aí eles não se sujam?

RL: ... (silêncio e hesitação para responder)

CT: RL, parece que eles são mais sujo do que a gente!

AB: Tá! Fala você GN!

A resposta de RL inseriu um assunto que foi ao encontro de algumas hipóteses que eu construía durante a pesquisa, relacionadas aos elementos constitutivos da identidade quilombola e negra das crianças e dos adultos. Notava entre as crianças um silêncio em relação às experiências na escola e à referência ao Quilombo dentro dela. Até aquela conversa, poucas vezes as crianças tinham explicitado a problemática de viver no Quilombo (ou Sítio) e as representações sociais existentes a partir dele. Dentre as expressões de RL, resaltei uma que evidenciasse o pensamento infantil sobre si, o território quilombola e o modo como é representado pelos “Outros”. Por isso, “Eles não vivem divisa de terras!” indica caminhos para compreender como a infância elabora as identidades e o modo como a sociedade identifica os quilombolas.

De acordo com Bento (2011, p. 110):

A identificação é o mecanismo fundamental pelo qual se constitui uma pessoa, ou melhor, um sujeito. Há várias

identificações simultâneas, que podem ser contraditórias umas com as outras; identificações comuns a todos os seres humanos, e específicas de certos grupos, assim como identificações absolutamente individuais, que nos constituem como pessoas singulares, únicas.

A expressão de RL apresenta um processo de identificação que traz a terra e os conflitos fundiários em torno de sua propriedade, e o corpo como lugar que comunica os sujeitos. Em relação ao Quilombo, a “divisa” indica uma fronteira, uma diferença entre a terra quilombola e outras, já que “eles”, “os de fora” (não-quilombolas) e da escola, não estão envolvidos na defesa dessa “divisa”, não são detentores da história que confere essa diferença, e nem da problemática política e jurídica em torno dela. O termo “divisa” faz parte do universo adulto do Quilombo Brotas quando conversam sobre a questão da terra ou a cerca que separa o território (comprado e mantido pelos descendentes de Amélia) do condomínio vizinho e do asfalto. A divisa é uma delimitação geográfica que já foi alvo de espoliação, e hoje informa sobre um território diferente na cidade, que não obedece à lógica de compra e venda das outras terras, um território inalienável.

A “divisa” também coloca em questão uma identidade, que a criança quilombola apresenta para diferenciar “eles” e “nós”. Esta expressão denota uma interação em que o pertencimento do “Eu” se constrói em relação ao “Outro”, diferente e ao mesmo tempo igual, tendo em vista que, participa de um campo de produção de representações para si e sobre o outro. Neste sentido, como diz Gomes (2008, p. 20-21):

A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada duramente a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.

A construção da identidade quilombola da criança envolve a terra e as pessoas de dentro e fora dela. A terra comunica quem nela vive, constituindo-se como território, ou seja, um lugar que transcende a dimensão geográfica. Nesta terra há moradias, ruas e pessoas, que RL aponta como sendo diferentes. Não moram “debaixo da ponte”, mas “eles têm uma casa” que é diferente das casas quilombolas. Então pergunto: Que diferença é essa, afinal?

A identidade quilombola está ligada à terra e à organização social construída nela através do parentesco. É permeada por processos de exclusão, desde a escravidão até a atualidade, quando os sujeitos se veem aliados do direito de permanecerem naqueles territórios secularmente ocupados. Além disso, diversas comunidades quilombolas mostram que os processos identitários em construção decorrem também da intervenção e do diálogo com o Estado e a legislação, que protegem os territórios (GUSMÃO, 1996, SOUZA, 2009).

Assim, pertencer a uma comunidade quilombola é defender uma terra e uma história a ela atrelada, fazendo parte de uma memória coletiva compartilhada no grupo, e de experiências identitárias e territoriais vinculadas aos sentidos de ser negro, pobre e do mundo rural.

Nota-se que RL, embora dissesse do quilombo, evidenciou a problemática da identidade negra ligada aos muitos sentidos do mundo rural. Essa abordagem é trazida por Gusmão (1993), em pesquisa realizada com as crianças de Campinho da Independência (Paraty-RJ).

Naquela comunidade quilombola, como no Quilombo Brotas, as crianças trouxeram representações de si construídas na relação com o Outro também presente no contexto escolar. Por meio de desenhos e escrita, as crianças de Campinho mostraram os muitos sentidos de serem negras e rurais, em relação ao Outro: branco e urbano. Naquele grupo, para entender os estigmas e estereótipos construídos, a pesquisadora considerou

de central importância questionar de que forma encontrava-se estruturado no universo simbólico da criança negra, que pertence a um grupo possuidor de uma história singular como grupo negro e camponês e de vivência racial intensa, a sua percepção de mundo e a compreensão do “outro”: aquele que

com ele forma a comunidade de pretos e parentes; aquele que, sendo branco e não pertencendo ao grupo, partilha com ele a formação escolar básica, em escola da comunidade (GUSMÃO, 1993, p. 49).

Quando RL relacionou uma visão de si e do quilombo ao que meninas da escola pensariam, todo o grupo ali presente falava desse espaço educativo formal. Por isso, diante de sua hesitação (“Não, não sei também!”) em razão de minha pergunta (“Quem acha que você é muito suja? Seus amigos da escola?”) considero que, entre os sujeitos sociais que comunicam a RL uma forma de estar no mundo, estão aqueles que convivem com ela no cotidiano escolar. Sentir “vergonha” do Quilombo porque “eles” pensam que a criança desse lugar é “suja” coloca a problemática da escola e seus agentes como interlocutores de um campo de comunicação que produz o Quilombo e seus moradores enquanto sujeitos numa condição de sujidade.

Dessa maneira, como em Campinho da Independência, a escola frequentada pelas crianças do Quilombo Brotas é um dos lugares em que ela se depara com a inferiorização de si e do território a que pertence, em oposição ao “Outro”, branco e urbano. Essa realidade evidencia como esse espaço de educação é fundamental na construção das identidades infantis e, infelizmente, lugar de produção de preconceitos e estigmatização em relação ao quilombo e ao sujeito que nele vive.

Quando RL afirma: “Eu tenho vergonha porque eu acho que eles pensam que eu sou muito suja!”, o lugar da sujeira é seu corpo. A sujeira a que ela se refere é a terra que leva para outros espaços da cidade, como a instituição escolar, pois morar no Quilombo Brotas é transitar por suas terras, é estar em relação com águas, barro, matas, que “marcam” os corpos.

O pensamento da menina revela a estreita relação entre corpo e território na construção da identidade infantil, pois os sujeitos de um lugar não podem transitar na escola ou outros espaços sem o próprio corpo. E, no caso da criança quilombola, trata-se de um corpo negro, cujos agenciamentos sociais têm produzido estigmas, racismo e discriminação.

Em relação ao corpo negro, Gomes (2008, p. 235) afirma que ele

pode ser considerado como um signo que marca assimetrias sociais e de desigualdade de distribuição de poder. É o mais íntimo e mais importante dos signos, uma vez que nunca pode ser desvinculado da pessoa a que pertence. Assim, a introjeção de regras sociais, de normas de comportamento, de higiene, enfim, aquilo que comumente chamamos de códigos de boas maneiras muitas vezes expressa e difunde valores, modelos de vida, de higiene e de comportamento de classes superiores em detrimento das classes trabalhadoras. Em consequência, gera naqueles que se veem diferentes e distantes de tal padrão sentimentos e vergonha em relação ao seu próprio corpo, ao seu estilo de vida e à sua classe em que, acrescentaria, ao seu próprio grupo étnico/racial.

A menina RL apresenta a percepção que tem acerca de seu corpo negro e quilombola, diante de padrões de limpeza aceitáveis na sociedade e presentes no universo da escola. Uma leitura desconectada da realidade quilombola estudada, e da infância nela existente, poderia questionar o sentido da relação entre o cuidado do corpo e o racismo. No entanto, como diz Gomes (2008, p. 141):

quando o cuidado é sempre vinculado aos sujeitos que possuem uma aparência física específica, ligada a determinado pertencimento étnico/racial, ele se torna preocupante. Quando essa aparência física é vista a priori como suja e sem higiene, a situação torna-se mais preocupante ainda.

Um corpo negro percebido como sujo pela criança que o possui evidencia uma consciência corporal infantil, ou seja, a corporeidade em construção num determinado contexto histórico, social, político e cultural. Apresenta o corpo como lugar de comunicação e com o qual se dão interações sociais de aceitação ou rejeição (GOMES, 2008). Um corpo que é “simultaneamente vidente (eu

vejo e eu me vejo) e visível (sou visto)” (p. 232), que é “objeto e sujeito da natureza e da cultura” (Idem), e nesse sentido, projeta e é percebido pelos sujeitos sociais em interação.

O corpo é um campo de significação onde pairam “as sensações, as pressões, os julgamentos” (Idem, p. 230), que no caso dos negros, implica em processos históricos de inferiorização e rejeição. O conjunto de representações sociais negativas em relação à população negra no Brasil decorre de processos escravistas que, para sustentarem-se, disseminaram a ideia do negro como sujeito sem alma, animalesco, imoral, promíscuo, sujo, atrasado.

Para Gomes (2008, p. 136):

Tais representações foram se metamorfoseando no decorrer da história: de incapacidade moral à incapacidade física e intelectual; de sexualidade exacerbada ao mito da “mulata” sensual. Fazem parte, portanto, de uma ideologia da escravidão que, a despeito do momento histórico em que foi formulada, possui força duradoura e, no Brasil, tem sido reforçada pela baixa condição social e econômica na qual se encontra a maioria dos negros desde a abolição.

O corpo negro da criança quilombola é esse lugar que comunica de onde ela vem: uma comunidade negra, cujas moradias estão em ruas de terra, e os moradores vivem em condições sócio-econômicas baixas. Ela é uma criança que traz em seu corpo a terra, considerada como sujeira, em oposição à limpeza e ao asfalto da cidade. Mas, o que de fato está em jogo nessa auto-identificação é a conotação moral atribuída à limpeza e à sujeira, e a relação com os sujeitos sociais negros.

De acordo com Gomes (2008), foi com a transformação das cidades, que o termo “limpo” passou a significar “distinção, elegância, ordem”, de modo que “A limpeza das coisas passa a ser um indicador da limpeza da alma e crescentemente se admite que um povo limpo é também ordeiro e disciplinado” (p. 140).

Para a autora, a sociedade higienizada produz hierarquias que resultam na associação sujeira-poluição-imoralidade com um determinado grupo social e racial. Na pesquisa realizada sobre corpo negro e cabelo crespo¹⁴, a autora reconheceu a existência de uma hierarquização no modo como os sujeitos da pesquisa se identificavam, ressaltando a maior aceitação social de seus corpos, desde que bem aparentados e limpos. Nesse sentido, ela afirma:

é impossível não lembrar de que a acusação de sujeira física, moral e da “alma” tem sido historicamente imputada ao corpo do negro e da negra em nossa sociedade. Muitas vezes, essa leitura racista é introjetada pelo próprio negro. Uma análise detalhada dessa situação revela-nos que a relação negro = sujeira é a expressão de relações raciais e de poder assimétricas. Aquele que acusa o outro de impureza, quer seja social, quer seja racial, está reivindicando para si próprio a ideia de superioridade (GOMES, 2008, p. 140).

Bento (2011), discutindo a construção da identidade da criança negra, problematiza a construção de seu corpo a partir da relação com a sujeira, que leva à rejeição. Para a autora, a identidade da criança negra está atrelada a uma imagem que ela constrói de si a partir de seu corpo. Assim, se as experiências com ele implicam em discriminação, aprende-se a rejeitá-lo e a buscar o corpo branco, que “vai sendo reforçado como norma, como belo, como corpo humano universal” (p. 112).

Frente a uma sociedade que rejeita o corpo negro, pode-se inferir que a criança quilombola se protege quando não traz suas colegas de escola para conhecer o território. Ela pensa seu corpo na relação com os “Outros” e anuncia uma rejeição identitária recorrente em muitas relações étnico-raciais brasileiras. Diz, de maneira implícita, que seu corpo negro não é aceitável pelos “de fora”, os da escola, pois além de ser um corpo construído socialmente para ser rejeitado, possui as marcas do mundo rural, concebido na sociedade moderna como oposto à cidade e ao asfalto.

¹⁴ Pesquisa realizada em salões de beleza de Belo Horizonte (MG), a partir de relatos de mulheres e homens negros.

Algumas considerações...

A partir do processo histórico e político de conquista e defesa das terras do Quilombo Brotas, apresentei neste artigo a especificidade desse território e aspectos das relações sociais que traduzem sua territorialidade e a identidade do grupo. O que dizem as crianças sobre o modo como são percebidas pelos de fora, especificamente, da escola, revela um processo de negação do corpo negro e do quilombo enquanto símbolo de atraso e em oposição ao desenvolvimento da cidade.

O modo como a criança reage a tal processo de exclusão e preconceito racial revela os agenciamentos infantis diante das experiências vividas, de modo a evitar a exposição à negação e à discriminação, revelados como pensa a si mesma na relação com o outro. Assim, ao “achar” que é vista na perspectiva da sujidade, a criança aponta como seus olhos percebem a maneira como é vista pelo outro, de fora e morador do asfalto da cidade, detentor de outra história, que não passa pela escravização, a identidade negra, a história atrelada ao universo rural que afronta o ideal de desenvolvimento. Afinal, o quilombo se opõe à propriedade privada, ao desenvolvimento e progresso que representa.

Ao “achar” que seu corpo e o território onde mora são lugares da recusa, a criança mostra como faz parte de uma sociedade que aloca negros e suas histórias à margem. Ao mesmo tempo, na medida em que, a criança não convida este Outro ao quilombo por “achar” que ele é visto na perspectiva negativa, ela revela como seleciona com quem compartilha sua história. Aquele é o Outro com quem não se fala sobre si, mas há Outros com os quais compartilha com alegria e na perspectiva afirmativa, a sua história, seus antepassados, suas brincadeiras, descobertas e saberes sobre o Quilombo.

Assim, tanto RL como as crianças do Quilombo Brotas estão imersas em diferentes processos educativos que informam sob abordagens diversas, quem são e quem é o Outro. Se de um lado, a escola é o espaço da negação, da distorção histórica e do silenciamento acerca do negro e do Quilombo, de outro, os espaços de militância quilombola, os grupos culturais, os visitantes e pesquisadores, os jornalistas e diferentes estudiosos chegam para ouvi-las, para aprender com elas e seus familiares, mostrando como são importantes sujeitos históricos.

Os caminhos pelos quais a pesquisa com as crianças do Quilombo Brotas me levaram perpassaram também a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aprovadas em novembro de 2012¹⁵. A partir da realidade do Quilombo Brotas, lidas sob “a ótica” da criança, que nos diz como seu corpo é representado na escola, urge implementar os ditames da legislação educacional voltada para estudantes quilombolas e as escolas situadas dentro de seus territórios, uma vez que, o respeito e o diálogo entre saberes escolares e saberes quilombolas são fundamentais para a garantia dos direitos dessas populações e o reconhecimento de suas especificidades.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: DECANIA CFCH/UFRJ, Julho 1995.

BENTO, Maria Ap. S.. A identidade racial em crianças pequenas. IN: BENTO, Maria Aparecida S. (orgs.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: CEERT, 2011, p. 98-117.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, Willian A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELALANDE, Julie. Aprender entre crianças: o universo social e cultural do recreio. IN: LOPES, Jader J. M., MELLO, Marisol B. de. (orgs.). **O jeito que nós crianças pensamos sobre certas coisas: dialogando com**

15 Resolução CNE/CEB nº. 8, de 20 de novembro de 2012.

lógicas infantis. RJ: Rovellet, 2009, p. 23-41.

GOBBI, Márcia. **Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: SP, Faculdade de Educação/UNICAMP, 1997.

GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUSMÃO, Neusa M. M. de. Socialização e recalque: a criança negra no rural. **Cadernos CEDES.** Campinas, n.32, 1993.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científicos sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo Brotas/Itatiba-SP.** Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, nov./2004.

FINCO, Daniela; FARIA, Ana Lúcia G. **Sociologia da Infância Brasil.** Campinas: SP, Autores Associados, 2011.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEITE, Ilka B.. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Textos e Debates.** Florianópolis: UFSC (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas), n.º 07, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos Inocentes – a criança sem infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

NOAL, Miriam L. **as crianças guarani/kaiowá – o mito reko na Aldeia Pirakuá/MS.** 2006. Tese (Doutorado em Educação). Campinas:SP, Faculdade de Educação/UNICAMP, 2006.

NUNES, Ângela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças Aúwe Xavante. IN: SILVA, Aracy L. (org.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos.** São Paulo: Global, 2002, p. 64-99.

OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: CECH/UFSCar, São Carlos, 2004.

PAULA, Elaine de. **"VEM BRINCAR NA RUA!" Entre o Quilombo e a Educação Infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos.** 2014. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: Centro de Ciências da Educação/PPGE/UFSC, 2014.

PIRES, Flávia. **Quem tem medo de mal-assombro? Religião e Infância no Semiárido Nordeste.** 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro. PPGAS – Museu Nacional/UFRJ, 2007.

PRADO, Patrícia D. **Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da Educação Infantil.** 2006. Doutorado. Campinas: SP, Faculdade de Educação/UNICAMP, 2006.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação & Sociedade.** Campinas: SP, vol. 26, n. 91, p. 61-378, Maio/Ago. 2005.

SOUZA, Márcia L. A. de., GUSMÃO, Neusa M. M. de. Identidade quilombola e processos educativos presentes num quilombo urbano: o caso do Quilombo brotas. **Educação & Linguagem,** São Bernardo do Campo, v.1, n. 1 (1998), p. 75-93, 2010.

SOUZA, Márcia L. A. de. **Educação e Identidade no Quilombo Brotas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: SP, Faculdade de Educação/UNICAMP, 2009.

SANTIAGO, Flávio. **O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado: hierarquização e racialização**

das crianças pequeninhas negras da educação infantil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação).
Campinas: SP, Faculdade de Educação/UNICAMP, 2014.

Recebido em 3 de julho de 2017.
Aceito em 21 de setembro de 2017.